



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE

**SECRETARIA:** Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 017/2017**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE, número SIC em epígrafe, para cópias do prontuário de servidor aposentado e de projeto de usina.
2. O órgão disponibilizou informações, posteriormente complementadas em âmbito de recurso hierárquico. Ainda insatisfeita, a interessada apresentou recurso a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Após o recebimento do recurso, esta Ouvidoria Geral manteve contato com a entidade demandada, que empreendeu diversos esforços na reunião de informações sobre o histórico funcional do servidor em questão, afinal disponibilizadas conforme correspondência eletrônica de fls. 17/20. Ademais, informou não possuir o projeto da Usina Termoelétrica, sugerindo que a interessada tentasse obtê-lo junto à Companhia Energética de São Paulo – CESP.
4. A comunicação mantida após o recebimento do recurso evidencia os diversos esforços envidados na tentativa de recuperar documentos que pudessem contribuir para o atendimento da demanda, parte dos quais, no entanto, verificou-se não estarem mais em posse da unidade estadual demandada.
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Ante o exposto, considerando o fornecimento integral de todas as informações custodiadas pelo ente público e a indisponibilidade do projeto requerido, tendo sido indicada a unidade estadual possivelmente detentora do mesmo, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 31 de janeiro de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO